

## SUGESTÃO Nº 25 / 2019

EMENTA: Sugere Projeto de Lei para criar o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal, das polícias civis, das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

### **CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Associação dos Praças Policiais e Bombeiros de Minas Gerais

**CNPJ:** 166.795.570/0013-0

**Tipo de Entidade:** Associações e órgãos de classe

**Endereço:** RUA ÁLVARES MACIEL, nº 108

**Cidade:** BELO HORIZONTE **Estado:** MG **CEP:** 31.990-510

**Telefone:** (31) 32352719

**Correio-eletrônico:** presidencia@aspra.org.br

**Responsável:** HEDER MARTINS DE OLIVEIRA

### **Declaração**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília/DF, 25 de julho de 2019

**Luisa Paula de Oliveira Campos**  
Secretária-Executiva

## **PROJETO DE LEI Nº --- , DE 2019.**

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, cria o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos Integrantes dos Órgãos descritos no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil nas situações e prazos que especifica. O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica criado o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos integrantes dos Órgãos descritos no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, nas situações que especifica.

§ 1º - O Estado oferecerá proteção, auxílio e assistência aos integrantes dos órgãos da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal, das polícias civis, das polícias militares e corpos de bombeiros militares, descritos no artigo 144 da Constituição Federal, bem como dos agentes penitenciários e socioeducativos cuja vida esteja em situação de risco ou cuja integridade física esteja sendo ameaçada em razão da natureza de suas atividades ou em função do local onde residem.

§ 2º - Para os fins desta lei, considera-se em situação de risco ou com a integridade física ameaçada, os integrantes dos órgãos descritos no artigo 144 da CF e os agentes penitenciários e socioeducativos e que:

I - seja vítima de ameaça comprovada em procedimento administrativo, policial ou judicial em decorrência do exercício regular de sua função;

II - seja vítima de ameaça em razão de ter sido arrolado como testemunha em procedimento policial ou judicial, originado de fato em que não tenha atuado como autor, coautor ou partícipe.

§ 3º - A proteção, o auxílio e a assistência de que trata esta lei estende-se aos familiares que, em razão da natureza das atividades exercidas ou do local onde residam, estejam em situação de risco ou com a integridade física ameaçada.

**Art. 2º** - As medidas previstas nesta lei serão prestadas por meio da instituição a que pertencer os integrantes dos órgãos descritos no artigo 144 da CF e os agentes penitenciários e socioeducativos, com o objetivo de:

I - recuperar e manter a capacidade produtiva dos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários;

II - assegurar a adoção de medidas que visem a reparar os danos físicos e materiais sofridos pela vítima; III - elaborar e executar plano de auxílio e de manutenção econômica para as vítimas, testemunhas seus familiares que estiverem sofrendo ameaças e necessitem de e transferência temporária de residência.

Art. 3º - O poder público oferecerá aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários em situação de risco, no âmbito do programa de que trata o art. 2º, as seguintes medidas:

I - transferência de residência com locação de imóvel por um período de até dois anos, podendo ser prorrogado até cessarem os motivos da inclusão no programa;

II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

IV - preservação da identidade, da imagem e dos dados pessoais;

V - ajuda financeira mensal para prover às despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida ser familiar e estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens;

VII - apoio e assistência social, médica e psicológica;

VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

X- Prioridade para a investigação em que o agente de segurança figurar como vítima.

Art. 4º - O programa a que se refere o art. . **Art. 2º** O § 1º do artigo 5º da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido dos incisos III e IV, com a

seguinte redação: “Art. 5º.....§ 1º - ....I - .....II - .... III – de proteção aos policiais; IV – de assistência à saúde e social aos policiais, em caráter temporário, durante o trauma ou enquanto durarem seus efeitos. **Art. 3º** Fica revogado o § 3º do artigo 5º, da Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO.** A Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, oriunda da Medida Provisória n. 846 de 2018, dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública bem como sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias. O artigo 5º da lei prevê um rol de hipóteses em que poderão ser destinados os recursos do fundo nacional de segurança pública, tais como investimentos em infraestrutura, aquisição de materiais e capacitação de profissionais dos órgãos da segurança pública. A presente proposição visa ampliar esse rol, para o fim de possibilitar a destinação de recursos do FNSP a programas que tenham por objetivo assegurar a proteção dos policiais, assim como permitir a assistência à saúde e social, temporária ou permanente, através do acesso aos direitos e garantias regulamentares e a proteção de sua estabilidade profissional, ajudando a reabilitação e a garantia de sua cidadania plena. É importante oferecer amparo aos profissionais da área de segurança pública, a exemplo de situações de envolvimento como autor em infração penal que resulte morte de terceiros, estando em serviço ou agindo em razão dele, quando amparado pelas excludentes de ilicitudes; quando for vítima de infração penal que resulte na tentativa ou na consumação da sua morte, estando em serviço ou agindo em razão dele ou por sua condição funcional; ou em razão de trauma, estando em serviço ou agindo em razão dele ou por sua condição funcional, do qual sobrevenha debilidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função. É inegável a dificuldade de acesso dos policiais militares aos seus direitos sociais, sobretudo por parte das praças, incluindo neste contexto as questões de saúde física, mental, de ordens econômicas e jurídicas. Dentro deste contexto, importa resguardar os militares, por meio da presente medida, possibilitando que a destinação de recursos para programas sejam também contemplados aos da categoria, conforme consta na fundamentação.



ADMINISTRAÇÃO  
**RUMO CERTO**

[www.aspra.org.br](http://www.aspra.org.br)

Sede Social: Rua Álvares Maciel, 108 - Santa Efigênia - BH/MG

CEP. 30.150-250 – CNPJ: 16679557/0001-30 IE: ISENTO

Telefax: (031) 3235-2700. E-mail: [presidencia@aspra.org.br](mailto:presidencia@aspra.org.br)

**Ata da Reunião de Diretoria Executiva, da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais- ASPRA/PMBM, realizada em 04 de junho de 2019.**

Aos quatro dias, do mês de junho, do ano de dois mil e dezenove, as dez horas, na sede social da Entidade, situada a Rua: Álvares Maciel, número cento e oito, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte Minas Gerais, reuniram-se os referidos diretores executivos, da ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE MINAS GERAIS-ASPRA/PMBM, conforme lista de presença em anexo, para aprovar a apresentação do Projeto de Lei que Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, cria o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos Integrantes dos Órgãos descritos no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil nas situações e prazos que especifica, **que a Entidade fará a Comissão de Legislação Participativa-CLP, da Câmara dos Deputados.** O presidente da Instituição, subtenente Heder Martins de Oliveira, abriu a reunião, solicitando dentre os presentes, um que habilitasse a secretariar os trabalhos. E eu cabo Fabrício Alexander Luis Lima, diretor jurídico da entidade, habilitei-me. E o referido Presidente iniciou a leitura da proposta a ser apresentada, que dispõe dos integrantes dos órgãos descritos no artigo 144 da CF e os agentes penitenciários e socioeducativos que encontrar-se em situação de risco ou com a integridade física ameaçada, conforme o texto proposto. **PROJETO DE LEI Nº --- , DE 2019.** Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, cria o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos Integrantes dos Órgãos descritos no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil nas situações e prazos que especifica. O Congresso Nacional decreta: **Art. 1º** Fica criado o Programa de Proteção e Assistência Social Jurídica aos integrantes dos Órgãos descritos no artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, nas situações que especifica. § 1º - O Estado oferecerá proteção, auxílio e assistência aos integrantes dos órgãos da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal, das polícias civis, das polícias militares e corpos de bombeiros militares, descritos no artigo 144 da Constituição Federal, bem como dos agentes penitenciários e socioeducativos



situação de risco ou cuja integridade física esteja sendo ameaçada em razão da natureza de suas atividades ou em função do local onde residem. § 2º - Para os fins desta lei, considera-se em situação de risco ou com a integridade física ameaçada, os integrantes dos órgãos descritos no artigo 144 da CF e os agentes penitenciários e socioeducativos e que: I -


seja vítima de ameaça comprovada em procedimento administrativo, policial ou judicial em decorrência do exercício regular de sua função; II - seja vítima de ameaça em razão de ter sido arrolado como testemunha em procedimento policial ou judicial, originado de fato em que não tenha atuado como autor, coautor ou partícipe. § 3º - A proteção, o auxílio e a assistência de que trata esta lei estende-se aos familiares que, em razão da natureza das atividades exercidas ou do local onde residam, estejam em situação de risco ou com a integridade física ameaçada.

Art. 2º - As medidas previstas nesta lei serão prestadas por meio da instituição a que pertencer os integrantes dos órgãos descritos no artigo 144 da CF e os agentes penitenciários e socioeducativos, com o objetivo de: I - recuperar e manter a capacidade produtiva dos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários; II - assegurar a adoção de medidas que visem a reparar os danos físicos e materiais sofridos pela vítima; III - elaborar e executar plano de auxílio e de manutenção econômica para as vítimas, testemunhas seus familiares que estiverem sofrendo ameaças e necessitem de transferência temporária de residência. Art. 3º - O poder público oferecerá aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários em situação de risco, no âmbito do programa de que trata o art. 2º, as seguintes medidas: I -

transferência de residência com locação de imóvel por um período de até dois anos, podendo ser prorrogado até cessarem os motivos da inclusão no programa; II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos; III - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações; IV - preservação da identidade, da imagem e dos dados pessoais; V - ajuda financeira mensal para prover às despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida ser familiar e estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular; VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens; VII - apoio e assistência social, médica e psicológica; VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal. X- Prioridade para a investigação em que o agente de segurança figurar como vítima.

Presidente e pelos demais diretores presentes, conforme lista de presença em anexo.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2019.



**Fabrício Alexander Luis Lima, Cb PM**

**Secretário**



**Heder Martins de Oliveira, Subten PM**

**Presidente da ASPRA/PMBM**



ADMINISTRAÇÃO  
**RUMO CERTO**

www.aspra.org.br

Sede Social: Rua Álvares Maciel, 108 - Santa Efigênia - BH/MG

CEP: 30.150-250 - CNPJ: 16.679.557/0001-30 IE: ISENTO

Telefax: (031) 3235-2700. E-mail: presidencia@aspra.org.br

**Lista de Presença da Reunião de Diretoria Executiva, da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais- ASPRA/PMBM.**

**Data:** 04 de junho de 2019

**Horas:** 10:00hs

**Local:** Sede Social- situada a Rua Álvares Maciel, 108, Bairro: Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG

Nome	Assinatura
Fabiano Alexandre Lima	
ROINALDO MARTINS OLIVEIRA	
Rodrigo Lopes Oliveira	
Henrique Antonio Maciel Al	
1999-2 ANTONIO SANTOS DAMAS	
ORDEIRO NUNES ASSIS	
Wladimir da Conceição	
Henrique Mendes Moura	
Henrique Mendes Moura	
Edair Gonçalves de Souza	
Fabiano Alexandre Lima	
Hugo Leonardo Moura	